



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

PARECER JURÍDICO

REQUERENTE: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

ASSUNTO: Parecer Jurídico sobre Dispensa de licitação. Processo 918/2025.

EMENTA: PARECER JURÍDICO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. PROCESSO 918/2025. OBJETO COMPRA. ART. 75, INCISO II, DA LEI 14.133/21.

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise de processo referente a pedido de dispensa de licitação com a finalidade de contratação de empresa para elaboração de projeto básico de coleta, transbordo, triagem, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares urbanos e assessoria ambiental como especificado no Termo de Referencia. É o sucinto relatório. Passa-se a análise jurídica do parecer que, registre-se, é vinculado ao Processo 918/2025.

II - PARECER

A Constituição Federal em seu artigo 37, Inciso XXI impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cujo objetivo é propiciar a contratação mais vantajosa à Administração.

Verifica-se que o constituinte delegou ao legislador ordinário a fixação de hipóteses excludentes da regra da licitação. Nesse sentido, o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, determina que:

“Sentinela do Progresso.”

Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/n | CEP 99400-000 | Espumoso | RS | Fone (54) 3383.4450
E-mail: gabinete@espumoso.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

Lei nº 14.133/21

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

A hipótese legal em referência, constante do Termo de Referência vinculado ao processo administrativo nº 918/2025, tem amparo no art. 75, inciso II, Lei nº 14.133/2021, que autoriza compras até o limite apontado sendo dispensável a licitação, conforme informações contidas no memorando interno nº 122/2025 apontando a subclasse CNAE 7490-1/99 não ter sido realizada nenhuma contratação até a presente data, nem existe a tramitação de nenhum outro expediente no setor que se enquadre na subclasse apontada.

Fica demonstrado que se buscou a melhor vantagem econômica, fato demonstrado na Pesquisa de Preço e na descrição da série de preços coletados, assim como se demonstra pelo Termo de Abertura do processo nº 37/2025, realizada a publicização foi apresentada Proposta pela empresa Carol Toledo Assessoria e Consultoria Ambiental, CNPJ sob nº 40.383.419/0001-94 no valor de R\$7.900,00. Sendo o menor valor apresentado e nas mesmas condições das demais empresas constantes do processo, foi requerida formalmente via e-mail a empresa a apresentação dos documentos pertinentes em especial a regularidade fiscal, trabalhista, cível etc com a intenção de evoluir na contratação, conforme documentos em anexo e, tendo em vista a inércia do envio no tempo aprazado é dado prosseguimento no tramite com a segunda colocada.

"Sentinela do Progresso."



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

No que diz respeito ao processo administrativo precedente à dispensa, o art. 72 da Lei n.º 14.133/2021 estabelece o seguinte:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI** - razão da escolha do contratado;
- VII** - justificativa de preço;
- VIII** - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Ademais, para a formação do valor da contratação, e posterior enquadramento, a estimativa de despesa e a justificativa de preço, por sua vez, devem seguir os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº. 14.133/21:

Art. 23. O valor previamente **estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado**, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para **aquisição de bens** e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, **o valor estimado será definido com base no melhor preço** aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

- I** - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

"Sentinela do Progresso."

Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/n | CEP 99400-000 | Espumoso | RS | Fone (54) 3383.4450
E-mail: gabinete@espumoso.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

- II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

No caso em apreço, busca-se pela contratação de empresa que atenda a demanda apontada. É apresentada Pesquisa de Preço com a finalidade de analisar parâmetros de valores dos produtos em comparação a demanda apresentada. Surgiu empresa interessada, todavia, desclassificada pela inércia no envio da documentação, demonstrando que a administração publica prisma pelo interesse publico a coletivo no tramite deste processo.

Em contratações semelhantes o Município de Lagoa dos Tres Cantos/RS desembolsou R\$6.700,00, o Município e Vale do Sol/RS desembolsou R\$8.650,00, o Município de Tucunduva/RS desembolsou R\$6.300,00, o Município de Jóia/RS desembolsou R\$6.500,00, o Município de Cabrobó/PE desembolsou R\$15.000,00. A empresa Schuster Assessoria Ambiental Ltda CNPJ 47.336.609/0001-08 apresentou orçamento de R\$8.000,00 (oito mil reais).

A empresa Schuster Assessoria Ambiental Ltda CNPJ 47.336.609/0001-08 apresentou o melhor preço. Foi apresentada Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão negativa falimentar, Certidão Negativa de Débito, expedida pelo município

"Sentinela do Progresso."

Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/n | CEP 99400-000 | Espumoso | RS | Fone (54) 3383.4450
E-mail: gabinete@espumoso.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

de Espumoso/RS e município de Não-Me-Toque/RS, Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Certidões Negativa Federal, Negativa Estadual, Alvará de Licença para Localização e Funcionamento de Licença, Declaração de não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno e não emprega menor de 16 anos, Declaração apontando responsável técnico registrada no CREA/RS 232805 e contrato social empresarial. **Tendo em vista as informações descritas entendendo que o processo 918/2025 preenche o descrito no artigo 23 e 72 da Lei 14.133/21.**

Não é apresentado dotação orçamentária com a origem de recursos a custear a despesa, sendo imprescindível ser expressamente apontada a origem dos recursos que irão custear a almejada contratação, requisito prévio.

Ante ao exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, não vislumbramos óbice nos **termos da fundamentação**, podendo este órgão promover a contratação pela autoridade competente com a formalização do contrato com a empresa **Schuster Assessoria Ambiental Ltda CNPJ 47.336.609/0001-08** contratação por dispensa com fundamentado no **art. 75, inciso II, Lei nº 14.133/2021**. Por tudo, opina-se pela legalidade do procedimento adotado sob análise. É o parecer, salvo melhor juízo.

Espumoso/RS, 19 de Maio de 2025.

EDUARDO DE CESERO
JURIDICO

"Sentinela do Progresso."

Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/n | CEP 99400-000 | Espumoso | RS | Fone (54) 3383.4450
E-mail: gabinete@espumoso.rs.gov.br